



Vendas dos títulos do parque, que ficaria em Itanhaém, caíram até 80%

## Ibama nega autorização para o parque da Xuxa

VIVIANE RAYMUNDI

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) encaminhou ontem à Secretaria Estadual de Meio Ambiente parecer desfavorável à construção do parque aquático da Xuxa, o Xuxa Water Park, em Itanhaém. Segundo o documento, assinado pela superintendente do órgão em São Paulo, Nilde Lago Pinheiro, não há como comprovar que as obras não trarão efeitos danosos à vegetação, à fauna e às drenagens superficiais da área. "O Ibama não vislumbra nenhum dispositivo legal ou embasamento técnico que possa amparar ou garantir a integridade ambiental da área objeto do empreendimento", afirma.

Para o coordenador das promotorias do Meio Ambiente do Estado, Antônio Herman Benjamin, o parecer do Ibama encerra a polêmica em torno do licenciamento ambiental do Xuxa Water Park, denunciado como irregular pelo Ministério Público. "Ele põe uma pá de cal em toda a argumentação da secretaria, que afirma que o projeto não traz danos ao meio ambiente", disse. Segundo ele, o parecer fortalece a apuração do Ministério Público em relação

à improbidade administrativa por parte da secretaria. "A licença prévia não poderia ter sido expedida", explicou.

### VENDEDORES

Luiz Risetto Neto, advogado da JVO Propaganda, Marketing e Promoções de Vendas S/C Ltda., empresa responsável pela venda dos títulos do Xuxa Water Park, afirmou que a empresa não irá pagar as dívidas feitas em 15 hotéis e pousadas pelos 240 vendedores que estão trabalhando na Baixada Santista. Os corretores fizeram um protesto na segunda-feira alegando que estão ilhados nos hotéis porque não têm como pagar as dívidas, já que as vendas dos títulos caíram em até 80%. No dia da manifestação, Ildo Menussi, que se identificou como diretor de vendas da JVO, confirmou a queda nos negócios e disse que a empresa pagaria as despesas.

Segundo o advogado, a postura de Ildo não é a da JVO. Risetto Neto explicou que o contrato que foi firmado com esses corretores não prevê o pagamento de nenhuma despesa. Uma das alternativas que, de acordo com o advogado, a empresa está estudando é pagar antecipadamente a comissão. (Marici Capitelli)